



GRUPO NACIONAL DE  
DIREITOS HUMANOS  
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

## ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DA EDUCAÇÃO (COPEIJE)

(João Pessoa/PB, 14 de abril de 2011)

Em 14 de abril de 2011 realizou-se nas dependências do Verdegreen Hotel, situado na Av. João Maurício, 255, bairro Manaira, João Pessoa, a **I Reunião Ordinária de 2011 do GNDH/CNPG**, conforme grade e programação que segue abaixo.

Horário – 14/04/11	Evento
8H30 – 12H	<b>Abertura:</b> Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto – PGJ-CE;  <b>Palestra:</b> <i>O Ministério Público no Enfrentamento às Drogas</i> - Prof. Doutor José Jackson Coelho Sampaio - Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará - UECE  <b>Apresentação:</b> Página do GNDH/CNPG – Dr. Rodrigo Filgueira de Oliveira – MP/MG

Após a solenidade de abertura e palestra sobre o papel do Ministério no enfrentamento às drogas pelo Professor Doutor José Jackson Coelho Sampaio, realizou-se no período da tarde, a 1ª Reunião Ordinária da COPEIJE (Comissão Permanente da Infância e Juventude e da Educação).

A reunião da COPEIJE foi presidida por sua Coordenadora, a Dra. Soraya Soares Nóbrega Escorel (Promotora de Justiça do Ministério Público da Paraíba), eleita por aclamação na Reunião Ordinária da COPEIJE de 03 de dezembro de 2010 em Fortaleza.

A reunião contou com a presença dos seguintes Promotores de Justiça cujos nomes constam das listas de presença que estão em poder da Coordenação Geral do GNDH.

Aberta a reunião pela Coordenadora eleita para o ano de 2011 – Soraya Soares Nóbrega Escorel – foi feita saudação e dadas as boas vindas a todos os colegas Promotores de Justiça de todos os Estados presentes à reunião.

Na sequência, foi lida a programação da COPEIJE e todos os Promotores de Justiça se apresentaram, em virtude de neste encontro haver inúmeros novos colegas.

O 1º tema colocado em discussão foi o seguinte:

- Proposta de realização de reuniões separadas da Subcomissão de Educação para discussão das metas para referida área. Foi decidido por unanimidade que os Promotores de Justiça da área de Educação presentes se reuniram em sala reservada para definição de suas metas gerais e depois exporiam as conclusões ao grupo coletivo da COPEIJE.

Em seguida foi proposta a eleição de novo secretário em razão de ter sido informado pela Coordenadora que a Secretária Leane do MP/PA não poderia permanecer ocupando tal cargo por razões políticas. Houve indicação do nome do colega de SP Fernando Henrique de Moraes Araújo, que foi eleito por aclamação.

O novo Secretário propôs que preliminarmente à formulação e/ou discussão de quaisquer novas metas propostas pelos colegas Murillo, Pedro Oto de Quadros e Rodrigo Medina, fosse avaliado pelo Grupo quais metas gerais tinham sido aprovadas nos anos anteriores e faziam parte do PAB (Plano de Atuação Bial), conforme previsto no artigo 9º, I, do Regimento Interno do GNDH e quais teriam sido cumpridas e quais ainda estavam pendentes, o que foi acolhido por unanimidade.

Os Promotores de Justiça da Subcomissão de Educação se ausentaram do recinto para discussão de suas metas gerais. A colega Leane passou então a ler as atas de 2009 e 2010 e as metas gerais aprovadas em tais anos.

Verificou-se que **da área de educação** a meta geral foi:

- Criação de promotorias de justiça especializadas nos diversos Estados –

**Estratégias:**

- Encaminhamento do pleito ao CNPG (já concluída).

- Realizar levantamento dos Estados nos quais já há Centros de Apoio de Educação e Promotorias de Justiça especializadas e fomentar a participação de Promotores de Justiça da Educação no espaço da COPEIJE, para fortalecer a atuação dos MPs Estaduais na área educacional e viabilizar a criação de Promotorias Especializadas na área.

- Intensificar a atuação dos MPs Estaduais na fiscalização da educação infantil

**Estratégias:** definir temas prioritários para estudo e uniformização de entendimentos (já concluída).

- Elaboração de material pela subcomissão de educação para posterior distribuição aos Promotores de Justiça dos Estados (em andamento).

**Da área da Infância e Juventude:**

- Acesso dos membros dos MPs Estaduais aos Cadastros Nacionais CNA, CNCA, CNAEL – meta concluída;

- Adequação do Sistema Socioeducativo – meta não concluída – detalhar as estratégias; - Viabilidade de realização de um programa da IJ no Canal Futura – meta não concluída: reunião de trabalho dos integrantes da COPEIJE com a representante do Canal Futura – reunião em prazo de 30 dias;

- Implementação do SUAS – meta não concluída - medidas em meio aberto e viabilização de recursos pelo MDS.

- Propostas do colega **Oto (MPDFT)**: que a COPEIJE fomente a criação de uma Escola Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. Reformulada para inclusão de tema na reunião a ser realizada com a Ministra Maria do Rosário da Secretaria de Direitos Humanos: aprovada por unanimidade.

Relatou também as dificuldades administrativas enfrentadas pelo CONANDA, que não possui equipes próprias e estrutura para trabalhar. Considera importante que haja emenda constitucional versando sobre a questão dos Conselhos Tutelares e de Direitos. Entende que é papel da Justiça Eleitoral organizar eleições para CTs; fixação de percentual de receita a ser destinada nos Orçamentos dos três níveis (União, Estados e Municípios) para o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Propostas do colega **Murillo (MP/PR)**:

Meta: monitoramento da regularização e fortalecimento dos Conselhos dos Direitos nos três níveis e conseqüentemente que estes Conselhos deliberem sobre políticas públicas e orçamentos: aprovada por unanimidade (redação contida na tabela que abaixo segue).

- Propostas do colega **Rodrigo (MP/RJ)**: reordenamento das entidades de acolhimentos; adequação das unidades de internação ao SINASE; necessidade de implementação de equipes técnicas multidisciplinares pelos MPs; avaliação das medidas socioeducativas de meio aberto; fortalecimento dos Conselhos de Direitos (aprovadas apenas: adequação das unidades de internação e semiliberdade ao SINASE; necessidade de implementação de equipes técnicas multidisciplinares pelos MPs – todas por unanimidade, exceção feita à meta relativa às equipes multidisciplinares, conforme registro contido na tabela que abaixo segue).

Propostas da colega **Miriam (MP/SE)**: que as três esferas de Governo garantam percentual mínimo para a aplicação no SUAS. Considerada semelhante à proposta do colega Oto e, em razão disso, ficou decidido por unanimidade que as propostas de Oto (incluída esta de Miriam) seriam por ele elaboradas por escrito para discussão na pauta com a Ministra.

O Grupo discutiu ainda os seguintes temas:

- A colega **Tania (MP/RO)** relatou experiência de Rondonia sobre a participação de membros do MP em Conselhos, que foi objeto de regulamentação pela corregedoria local, vedando a participação de Promotores de Justiça como membros. A colega expôs como tem sido o trabalho em seu Estado para fiscalização e fortalecimento dos Conselhos de Direitos;

- O colega **Sérgio (MP/MT)** informou sobre sua experiência prática de atuação com adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto, com intervenção do MP no ambiente escolar, com propostas de cumprimento de obrigação de estudo e respeito ao regimento escolar.

O novo Secretário então elaborou o seguinte “diagnóstico” das metas de 2009/2010 da COPEIJE:

Metas não concluídas em 2010	Ações/estratégias	Prazos
Implementação do SUAS	Não concluída	-
Adequação do Sistema Socioeducativo ao SINASE	Não concluída	-

Após tal verificação e debates, houve a aprovação por unanimidade, das seguintes novas metas gerais que deverão constar do Plano de Atuação Bienal da COPEIJE, conforme prevê o Regimento Interno do GNDH:

<b>Metas não concluídas de</b>		
--------------------------------	--	--

2010 que passaram a integrar o PAB 2011/2012	Ações/estratégias	Prazos
<b>Implementação SUAS</b>	<p>1ª) Reunião com o MDS: Temas: repasse de verbas para implementação de medidas socioeducativas em meio aberto; capacitação de equipes técnicas dos CREAS; envolvimento dos Estados na implementação do SUAS, exercendo seu papel de articulador.</p> <p><b>Membros da COPEIJE que participarão da reunião:</b></p> <p><b>Priscilla</b> (MP/SC); <b>Murillo</b> (MP/PR); <b>Rodrigo</b> (MP/RJ); <b>Fernando</b> (MP/SP); <b>Soraya</b> (MP/PB)</p>	<b>Até 90 dias.</b>
<b>Adequação dos Sistemas Socioeducativos Estaduais ao SINASE</b>	<p>Elaboração de modelos de TACs e Recomendações para que os Promotores da Infância utilizem após a realização das inspeções nas Unidades de Internação e Semiliberdade em cumprimento à Resolução 67/11 do CNMP.</p> <p><b>Responsável:</b> <b>Murillo</b> (MP/PR)</p>	<b>60 dias para conclusão / até a próxima reunião ordinária</b>

Em seguida foram discutidas e aprovadas, por unanimidade, as seguintes **novas metas gerais para o PAB 2011/2012:**

Novas Metas Gerais incluídas em 2011	Ações/estratégias	Prazos
<b>Monitoramento da regularização e fortalecimento dos Conselhos dos Direitos nos três níveis (União, Estados e Municípios)</b>	<p>Elaboração de formulário para atualizar os dados contidos na pesquisa – “Conhecendo a realidade” do Conanda de 2006.</p> <p><b>Responsável:</b> <b>Murillo</b> (MP/PR)</p>	<b>30 dias.</b>
<b>Necessidade de implementação de</b>	<p>1. Elaboração de “ofício-manifesto” com argumentação jurídica sobre a importância da implementação das equipes técnicas multidisciplinares (assistentes sociais, psicólogos</p>	<b>60 dias</b> (até a

<p><b>equipes técnicas multidisciplinares<sup>1</sup></b></p>	<p>e pedagogos) pelos MPs</p> <p><b>Responsáveis:</b>  <b>Soraya</b> (MP/PB);  <b>Rodrigo</b> (MP/RJ) e;  <b>Murillo</b> (MP/PR); e</p> <p>2. Articulação com o CNMP para o mesmo fim</p> <p><b>Responsável:</b>  <b>Rodrigo</b> (MP/RJ)</p>	<p>próxima reunião)</p>
<p><b>Acompanhamento Legislativo</b></p>	<p>- Encaminhamento de e-mail com o conteúdo dos Projetos de Lei de âmbito federal ao grupo da COPEIJE para seleção de projetos prioritários para articulação com o Poder Legislativo e Executivo (infância juventude e educação)</p> <p>-</p> <p><b>Responsáveis:</b>  <b>Oto</b> (MPDFT),  <b>Anderson</b> (MP/AP);  <b>Sérgio</b> (MP/MS)</p>	<p><i>Ad eternum</i></p>

Em relação às metas da Subcomissão de Educação, após a deliberação em sala reservada, ficou decidido, por unanimidade, o seguinte:

#### Metas da Educação para 2011/2012

Metas 2011	Ações/estratégias	Prazos
<p><b>Criação de Promotorias de Justiça Especializadas</b></p>	<p>- Realizar levantamento dos Estados nos quais já há Centros de Apoio de Educação e Promotorias de Justiça especializadas e fomentar a participação de Promotores de Justiça da Educação no espaço da COPEIJE, para fortalecer a atuação dos MPs Estaduais na área educacional e viabilizar a criação de Promotorias Especializadas na área.</p> <p><b>Responsáveis:</b>  <b>Todos os PJs</b> (MPEs)</p>	

<sup>1</sup> Único voto contrário: Fernando (MP/SP): porque propunha que o CNMP realizasse tal solicitação ou recomendação aos MPs Estaduais e não a COPEIJE.

<p><b>Educação infantil</b></p>	<p>Elaboração de “orientações gerais” destinadas aos Promotores de Justiça para que priorizem a atuação na esfera da tutela coletiva.</p> <p><b>Responsável:</b> <b>Eleonora (MP/PE)</b></p>	<p><b>60 dias</b></p>
<p><b>Submetas:</b></p> <p>Precarização da prestação de serviços</p>	<p>Elaboração de Orientações com Modelos de Peças que contemplem:</p> <p>1) O combate às contratações temporárias e terceirização de serviços</p> <p>2) A fiscalização quanto ao cumprimento do art. 62 da LDB.</p> <p><b>Responsável:</b> <b>Márcia (MPDFT)</b></p>	<p><b>120 dias</b></p>
<p>Universalidade da matrícula na pré-escola (4 e 5 anos) –</p>	<p>Elaboração de Orientações com Modelos de Peças que contemplem:</p> <p>1) A fiscalização pelo MP quanto ao cumprimento da obrigatoriedade da matrícula na pré-escola para crianças com 4 e 5 anos (EC n. 59/09).</p> <p>2) Uniformização de entendimento quanto à idade matrícula no 1º ano do ensino fundamental (data de corte etário)</p> <p><b>Responsável:</b> <b>Zenilde (MP/RN)</b></p>	<p><b>60 dias</b></p>
<p>Infraestrutura física e pedagógica das unidades escolares de Educação infantil</p>	<p>Elaboração de Orientações com Modelos de Peças que contemplem:</p> <p>1) Fiscalização pelo MP quanto ao cumprimento das normas técnicas que definem padrões mínimos de infraestrutura nas Unidades de Educação Infantil.</p> <p>2) Roteiro de fiscalização para visitação nas creches e pré-escolas.</p>	<p><b>120 dias</b></p>

	<b>Responsável: Cristina (MP/ES)</b>	
Creches comunitárias – fiscalização e prestação de serviços	<p>Elaboração de Orientações com Modelos de Peças que contemplem:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) O processo seletivo de Instituições para convênios com os Municípios.</li> <li>2) A excessiva expansão da oferta de creches conveniadas em detrimento da rede oficial.</li> </ol> <p style="text-align: center;"><b>Responsável: Bianca (MP/RJ)</b></p>	<b>180 dias</b>
Financiamento da educação infantil	<p>Elaboração de Orientações com Modelos de Peças que contemplem:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) O financiamento da rede oficial.</li> <li>2) O financiamento da rede conveniada.</li> <li>3) Acompanhamento do Orçamento.</li> </ol> <p style="text-align: center;"><b>Responsável: Todo o grupo</b></p>	<b>180 dias</b>

Às 18h30min a reunião ordinária foi encerrada pela Coordenadora, conforme ata elaborada pelo Secretário e que, após ser por todos os presentes à reunião analisada deverá ser aprovada (Eu, Fernando Henrique de Moraes Araújo – Secretário da COPEIJE/2011).



GRUPO NACIONAL DE  
DIREITOS HUMANOS  
Promotor de Justiça Rossini Alves Couto

## **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DA EDUCAÇÃO (COPEIJE)**

(João Pessoa/PB, 15 de abril de 2011)

Aos 15 de abril de 2011, às 9h20min, nas dependências do Verdegreen Hotel, situado na Avenida Beira Mar, 255, Bairro de Manaira, João Pessoa-PB, realizou-se a II Reunião Ordinária da COPEIJE.

Estiveram na reunião os promotores de justiça cujos nomes constam das listas de presença que estão em poder da Coordenação Geral do GNDH.

Após a abertura pela Coordenadora – Dra. Soraya S. Nóbrega Escorel, foram realizadas palestras a respeito do FUNDEB e FNDE pelos Srs. Vander Oliveira Borges – Coordenador-Geral do FUNDEB e Francisco Evermando Vieira da Silva Coelho – Coordenador-Geral Substituto de Infraestrutura Educacional - CGEST.

Durante a exposição do 1º palestrante, Sr. Vander, por volta de 10h, a reunião foi interrompida pelo ingresso da Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto – PGJ-CE, informando que a Plenária que se daria no fim da tarde do dia 15/04/11 havia sido antecipada para o período das 13h, logo após o almoço, tudo com vistas a obter a maior presença de colegas dos diversos Estados e, portanto, seria antecipada a discussão da Campanha Geral do GNDH – “da Atuação do MP no enfrentamento das drogas”.

Retomadas as palestras, estas se encerraram por volta de 11h02min.

Foi então pela Coordenadora entregue ao Secretário a minuta de propostas de alterações do Regimento Interno do GNDH, que não foi discutida pelo grupo em razão do não encaminhamento prévio a todos os membros e em razão da exiguidade de tempo para tanto. Pela Coordenadora foi explicado que a minuta somente lhe foi entregue na data de 14/04/11 no fim da tarde, não havendo tempo para extração de cópias para entrega a todos os membros.

Em seguida foi iniciada a discussão sobre a Campanha Geral do GNDH do “Enfrentamento contra as drogas”, demasiadamente prejudicada em razão da mudança de pauta informada pela Coordenação Geral do GNDH.

Em razão do exíguo tempo para discussão de propostas de estratégias, o Secretário retirou as propostas que fizera em e-mail enviado ao Grupo em 15/03/11 e que faria na presente data.

Segue a síntese das propostas de estratégias aprovadas pelo Grupo.

### **PROPOSTAS DE ESTRATÉGIAS APROVADAS PELA COPEIJE EM RELAÇÃO À CAMPANHA DO GNDH DO “ENFRENTAMENTO DE DROGAS” – 15/04/2011**

Pela colega Leane (PA) foi proposto (proposta emendada pela colega Miriam):

- que a COPEIJE delibere a respeito da necessidade de a Administração Superior do MP de cada Estado adotar como política institucional prioritária a articulação junto ao Poder Público



visando à implementação de política pública intersetorial de prevenção e atendimento de crianças e adolescentes em situação de uso e dependência de drogas. (v.u)

Pelo colega Rodrigo Medina (RJ) foi proposto:

- que a COPEIJE trabalhe com as propostas de implementação de CATIs, conforme Decreto Federal publicado no fim de 2010 e também de CAPSi para atendimento de crianças e adolescentes em situação de uso e dependência de drogas. (v.u)

- que se avalie a possibilidade de cada MP Estadual trabalhar com o material produzido para prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes e também com elaboração de cartilhas pelo GNDH para tal fim (v.u)

Pelo colega Sérgio (MS) foi proposto que:

- que a COPEIJE proponha ao GNDH solicitação direcionada à SENAD a respeito do último levantamento domiciliar sobre uso e abuso de drogas – especialmente na faixa de crianças e adolescentes;

Pela Coordenadora Soraya foi proposto que:

- Os Centros de Apoio da Infância de cada Estado verifiquem quais os equipamentos existentes e se existe política de enfrentamento ao uso e dependência de drogas para o público infantojuvenil, elaborando-se formulário modelo para utilização por todos os MPs Estaduais (v.u) – prazo 30 dias (responsável pela elaboração Soraya).

Pela colega Tânia foi proposto que:

- Os promotores de justiça tenham atuação voltada ao fortalecimento dos Conselhos envolvidos nessa política intersetorial – educação, conselho Antidrogas, saúde e assistência social. (v.u) - prazo 30 dias (responsável pela elaboração Soraya).

Pela subcomissão de educação foi proposto que a campanha do CNPG abordasse um dos seguintes temas:

1) Prevenção e combate ao uso de drogas nas Escolas (incluir no Currículo) – Experiência de PE

2) Fiscalização da Educação dos Adolescentes em Conflito com a Lei e Usuários de Alcool e outras Drogas

Por volta de 12h40min a reunião ordinária foi encerrada pela Coordenadora, conforme ata elaborada pelo Secretário e que, após ser por todos os presentes à reunião analisada, deverá ser aprovada. (Eu, Fernando Henrique de Moraes Araújo – Secretário da COPEIJE/2011).